



COVEP-GMF-MS
Coordenadoria das Varas de Execução Penal
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário



RELATÓRIO ATIVIDADES DESENVOLVIDAS Biênio 2019/2020



Presidente: Des. Paschoal Carmello Leandro

Vice-Presidente: Des. Carlos Eduardo Contar

Corregedor-Geral de Justiça: Des. Sérgio Fernandes Martins

Tribunal Pleno: Des. Claudionor Miguel Absz Duarte
Des. João Maria Lós
Des. Divoncir Schreiner Maran
Des^a. Tânia Garcia de Freitas Borges
Des. Paschoal Carmello Leandro (Presidente)
Des. Julizar Barbosa Trindade
Des. Carlos Eduardo Contar (Vice-Presidente)
Des. Sérgio Fernandes Martins (Corregedor-Geral de Justiça)
Des. Sídeni Soncini Pimentel
Des. Dorival Renato Pavan
Des. Vladimir Abreu da Silva
Des. Luiz Tadeu Barbosa Silva
Des. Fernando Mauro Moreira Marinho
Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso
Des. Marco André Nogueira Hanson
Des. Ruy Celso Barbosa Florence
Des. Marcos José de Brito Rodrigues
Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques
Des. Eduardo Machado Rocha
Des. Marcelo Câmara Rasslan
Des. Amaury da Silva Kuklinski
Des. Luiz Claudio Bonassini da Silva
Des. Vilson Bertelli
Des. Odemilson Roberto Castro Fassa
Des. Nélio Stábile
Des. Paulo Alberto de Oliveira
Des. Alexandre Bastos
Des. José Ale Ahmad Netto
Des. Jairo Roberto de Quadros
Des. Geraldo de Almeida Santiago
Des. Jonas Hass Silva Júnior
Des. Emerson Cafure
Des^a. Dileta Terezinha Souza Thomaz
Des^a. Elizabete Anache
Des. Zaloar Murat Martins de Souza

Atividades desenvolvidas pela Coordenadoria das Varas de Execução Penal - COVEP conjuntamente com o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - GMF, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, no biênio 2019/2020.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Dentre as ações desenvolvidas pela Coordenadoria das Varas de Execução Penal e pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário - COVEP/GMF/MS, relativas ao Sistema Carcerário e ao Sistema de Justiça Criminal, nos anos de 2019 e 2020, destacamos:

Controle, fiscalização e monitoramento das transferências de presos entre as Unidades Prisionais do Estado:

- Atuação supletiva no gerenciamento global das transferências temporárias ou definitivas, sempre que comprovada a necessidade de transferência de presos de uma circunscrição judiciária para outra, por provocação da Agência Penitenciária Estadual (AGEPEN), ou dos Juízes das Varas de Execução Penal

EXPEDIENTES	Jan à Dez - 2019	Jan à Dez - 2020
Transferências Apreciadas/Decisões:	452	411
Despachos:	218	553
Ofícios Expedidos:	1.826	1.938

Unidades Penais

- Realização de 15 ações diretas, dentre elas, visitas e intermediações relativas às unidades prisionais do Estado, assim como, intervenções para o aparelhamento das cadeias públicas e/ou delegacias de 9 municípios.
- Fiscalização e monitoração da condição de cumprimento de pena e de prisão provisória, recomendando providências;

- Fiscalização e acompanhamento do preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (CNIEP), regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça;
- Recebimento e processamento dos expedientes recebidos da AGEPEN/MS, Varas Criminais e de Execução Penal do Estado, CNJ, SEJUSP, Delegacia-Geral da Polícia Civil, Polícia Federal, Pastoral Carcerária, Sindicatos de Policias Civas e de Agentes Penitenciários, Ordem dos Advogados do Brasil no tocante a problemas relativos a superlotação carcerária;
- Realização de cronograma das unidades prioritárias para visitação e monitoramento das



Participação, no dia 15/02/2019, do Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques, Supervisor da COVEP/GMF/MS, e do Juiz da 1ª Vara de Execução da Capital, Mário José Esbalqueiro Jr., em reunião ocorrida em Brasília, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com o Juiz Coordenador do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema Socioeducativo (DMF/CNJ), Luís Geraldo Lanfredi, para discutir os desafios do sistema carcerário.

inspeções periódicas, sistematizando os relatórios mensais e assegurando sua padronização, garantida a alimentação de banco de dados de inspeções nacional e local, para acompanhar, discutir e propor soluções em face das irregularidades encontradas;

- Recebimento, processamento e encaminhamento das irregularidades, principalmente àquelas relacionadas às informações de práticas de tortura, maus-tratos ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes;
- Representação de providências à Presidência ou à Corregedoria do Tribunal de Justiça, pela normalização de rotinas processuais, em razão de eventuais irregularidades encontradas;
- Acompanhamento e emissão de parecer nos expedientes de Interdições Parciais ou Totais de Unidades Prisionais / Pedidos de Providências / Recursos Administrativos:

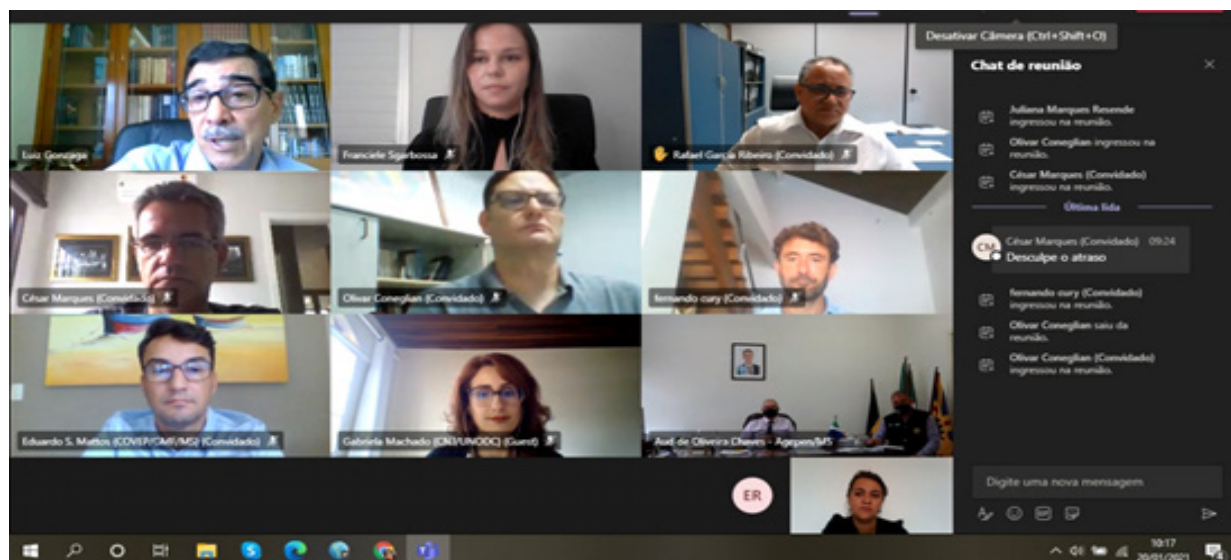
Expedientes de Interdições Parciais ou Totais de Unidades Prisionais	09	5 procedimentos em andamento e 4 arquivados
---	-----------	--

Reuniões do Colegiado da COVEP/GMF/MS e reuniões de trabalho em 2019 e 2020:

- Nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas 10 (dez) reuniões do Colegiado da COVEP/GMF/MS, onde estiveram presentes o Desembargador Supervisor e os Juízes Membros do Colegiado, e que contaram, muitas vezes, com a presença do Corregedor-Geral de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins, dos Juízes Mario Jose Esbalqueiro Junior, titular da 1ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, Luiz Felipe de Medeiros, titular da Vara de Execução Penal do Interior, Eguielli Ricardo da Silva, titular da 3ª Vara Criminal de Dourados, e Alexandre Antunes da Silva, titular da Vara da Justiça Militar Estadual e Coordenador da Coordenadoria de Audiências de Custódia, além de representantes da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, e da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário, nas quais foram discutidas questões envolvendo o sistema carcerário do Estado.
- As reuniões colegiadas possibilitaram a discussão dos problemas apresentados pelas Comarcas e pelo Poder Executivo no tocante ao sistema prisional. Através delas foi possível a elaboração de orientações técnicas para os Magistrados e subsidiada a elaboração de provimentos da Corregedoria-Geral de Justiça, além do acompanhamento da atualização do Código de Normas da Corregedoria, bem como a elaboração da minuta da criação da Coordenadoria das Audiências de Custódia.



Reunião do colegiado da COVEP/GMF/MS no ano de 2019.

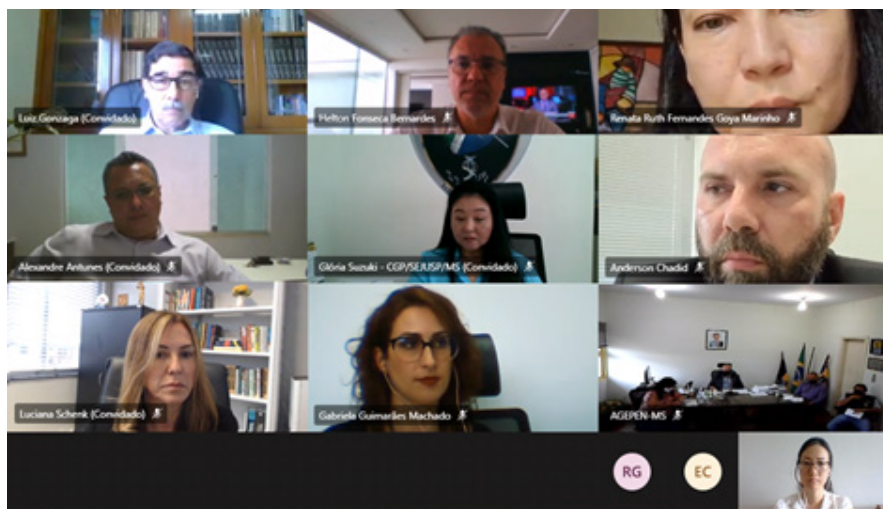


Reunião do colegiado da COVEP/GMF/MS realizada no dia 20/01/2021.

Articulação e integração das ações promovidas pelos órgãos públicos e entidades com atribuições relativas ao sistema carcerário

Foram realizadas 71 reuniões de trabalho e participação em eventos com o Conselho Nacional de Justiça e o Departamento de Monitoramento e Fiscalização, para desenvolvimento do Plano de trabalho Pactuado pelo Programa Justiça Presente/ Fazendo Justiça (CNJ/ ONU) e demais ações estratégicas de temáticas transversais para a qualificação do sistema de justiça criminal e execuções penais. Dentre elas cabem destacar:

- Monitoração da regularidade e funcionamento das audiências de custódia, mantendo atualizado o preenchimento do sistema correspondente;
- Orientação e monitoração do preenchimento do Sistema de Audiência de Custódia (SISTAC), regulamentado pelo Conselho Nacional de Justiça, para permitir a gestão efetiva de dados e informações relativas à execução penal;
- Atuação junto ao executivo para alocar médico legista para realizar exame de corpo delito sem a necessidade de deslocamento ao IMOL;
- Atuação junto ao executivo para alocar equipe multidisciplinar para atendimento aos custodiados, encaminhamentos para a rede de serviços e acompanhamento das aplicações das medidas cautelares;
- Criação da Coordenadoria de Audiências de Custódia (Provimento nº 464, de 12 de Fevereiro de 2020);
- Fomento aos parâmetros nacionais para fortalecimento da audiência de custódia com o aperfeiçoamento de serviços, fluxos e procedimentos da audiência de custódia;



Reunião realizada no dia 21/10/2020, em que a Consultora Estadual em Audiência de Custódia pelo Programa Fazendo Justiça (CNI/UNODC), Gabriela Guimarães Machado, realizou a apresentação das ações do Programa Fazendo Justiça, gestão Ministro Luiz Fux, dando continuidade ao Programa Justiça Presente, no que se refere às Audiências de Custódia - Eixo 1 - Proporcionalidade Penal.

- Promoção junto a administração do tribunal e Fórum de Campo Grande as melhorias dos espaços arquitetônicos da audiência de custódia;
- Implementação de ações de proteção social no âmbito das audiências de custódia;
- Elaboração do Provimento nº 151, de 26 de janeiro de 2017, da Corregedoria-Geral de Justiça - Regulamenta a monitoração eletrônica de pessoas no âmbito da Justiça Criminal do Estado de Mato Grosso do Sul;
- Acompanhamento do planejamento da utilização e da distribuição equitativa dos equipamentos de monitoração eletrônica, disponibilizados ao Poder Judiciário, nos termos do § 1º, do art. 5º, do Provimento nº 151, de 26 de janeiro de 2017;
- Acompanhamento do processo relacionado ao pedido de suplementação de monitoração eletrônica;



Na primeira semana de março, o Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques, Supervisor da COVEP/GMF, juntamente com representantes do Departamento Penitenciário Nacional - Depen estiveram na Sede da Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (AGEPEN), na capital, para conhecer de perto o trabalho desenvolvido pelo sistema de monitoramento eletrônico por tornozeleiras.

- Contribuição para adequação do acompanhamento aos modelos de gestão instituídos pelo DEPEN, prioritariamente aumentar o número de profissionais multidisciplinares e capacitações.
- Articulação junto ao executivo para a implementação e adequação dos atendimentos e acompanhamento conforme manual de gestão do Ministério da Justiça/ DEPEN/ PNUD;
- Articulação e apoio ao Poder Executivo para implantação da Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP);

- Criação do Grupo Gestor em Alternativas Penais, como forma de sustentabilidade e fortalecimento da política estadual de Alternativas Penais;
 - Acompanhamento e fortalecimento das Políticas Prisionais (Saúde, educação, assistência social, trabalho, comunicação externa, e outras conforme LEP);
 - Promoção da qualificação das ações relacionadas a saúde mental e medidas de segurança - Projeto Reintegra (Junto a Iniciativa do Ministério Público, Defensoria Pública, poder executivo estadual e municipal);
 - Fomento à adoção de arranjos institucionais para implementação das ações e estratégias de Plano, assegurando a universalização do acesso à saúde em espaços de privação de liberdade e o fortalecimento da PNAISP;
-
- Proposição de elaboração do Provimento nº 222, de 12/02/2020, da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul - Procedimento para execução, avaliação e acompanhamento das medidas terapêutico-cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis judicialmente à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei;
-
- Articulação, em âmbito local, para atuação interdisciplinar entre saúde, justiça criminal e assistência, por meio de equipes conectoras (EAP) e equipes de saúde de unidades prisionais;



Reunião realizada pela 50ª Promotoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul para tratar sobre o cumprimento de medidas de segurança nas unidades penais, visando a melhoria no tratamento e aplicação de medidas aos presos acometidos com transtornos mentais.

- Acompanhamento dos projetos relacionados ao trabalho nos regimes fechado, semiaberto e aberto;



Acompanhamento do Projeto Pintando e Revitalizando a Liberdade

- Implementação e fiscalização da Resolução CNJ 307, a qual institui a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário, e o Decreto nº 9.450/20108, o qual institui a Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional.



Reunião realizada no dia 23/01/2020 para assinatura de convênio entre o JMS e a Prefeitura Municipal de Campo Grande, que permitirá ao Município utilizar o trabalho de reeducandos na manutenção e limpeza de praças, parques calçadas e cemitérios da Capital.

COVID-19

Desde maio de 2020 com a criação do Comitê para Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19 no sistema Carcerário do Estado de Mato Grosso do Sul, foram realizadas 18 reuniões colegiadas, com a supervisão e coordenação deste GMF. O referido Comitê foi criado através da Portaria n.º 049.689.082.0001/2020 - CGJ e de acordo com o disposto no art. 14 da Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça. O Comitê subsidiou ações importantes como a criação do plano de contingência a ser adotado nas unidades, recomendado ao executivo estadual, bem como o acompanhamento sistemático dos números e ações adotadas em todo Estado.

São enviados quinzenalmente ao CNJ os relatórios de acompanhamento do Comitê;



2ª reunião online do Comitê para Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19 no sistema Carcerário do Estado de Mato Grosso do Sul, realizada no dia 05/06/2020.

Outras atividades periódicas

- Produção de relatório mensal sobre a quantidade de penas e medidas alternativas aplicadas, inclusive medidas cautelares diversas da prisão e medidas protetivas de urgência, com indicação da respectiva modalidade, e acompanhar o tempo de sua duração nas varas com competência criminal;
- Fiscalização e monitoração da entrada e a saída de presos do sistema carcerário, bem como a lotação;

- Produção de relatório mensal sobre a quantidade de prisões provisórias decretadas e acompanhar o tempo de sua duração nas varas com competência criminal;
- Produção de relatório mensal estatístico sobre a quantidade de benefícios ajuizados, concedidos de ofício, deferidos, indeferidos e não apreciados nas varas com competência de execução penal;
- Solicitação de informações gerais à Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário - AGEPEN/MS;
- Solicitação de informações gerais à Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP;
- Levantamento e envio de dados conforme planilha disponível no Sistema de Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes;
- Fiscalização da utilização do Sistema BNMP 2.0, o SAJ, o SEEU, o SIGO, SIAPEN, CNIEP, SISTAC e o BI (business intelligence - desenvolvido pelo TJ/MS) para a compilação, coleta e análise de dados;



Implantação, em caráter experimental, do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na Vara da Justiça Militar Estadual da comarca de Campo Grande, no dia 08/07/2019.

- Produção de relatório de gestão;
- Realização de Plano de ação/trabalho anualmente;
- Acompanhamento das ações relacionadas ao orçamento utilizado pelo executivo na execução penal;
- Acompanhamento das propostas relacionadas à execução penal a serem inseridas no Planejamento Plurianual - PPA;



Reunião do Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF/MS) de Mato Grosso do Sul com a Coordenadora Estadual do Programa Justiça Presente (CNI/PNUD), Juliana Marques Resende, no dia 08/08/2019, no Salão Pantanal do Tribunal de Justiça.

No dia 02/09/2019, no Salão Pantanal, o presidente do TJMS, Des. Paschoal Carmello Leandro, juntamente com o Corregedor-Geral de Justiça, Des. Sérgio Fernandes Martins e com o Supervisor da COVEP/GMF/MS, Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques, recebeu o secretário-geral do Conselho Nacional de Justiça, Des. Carlos Vieira Von Adamek, e o juiz auxiliar da Presidência do CNJ, Luís Geraldo Santana Lanfredi, que voltaram a Campo Grande para dar andamento ao Programa Justiça Presente, lançado em abril do mesmo ano.





Cerimônia de pactuação do Plano Estadual do Programa Fazendo Justiça, no dia 20/11/2020, no Plenário do Tribunal de Justiça.

AÇÕES E PROJETOS EM ANDAMENTO:

Covid-19

- Presidir o Comitê para Acompanhamento das Medidas de Enfrentamento à Covid-19, no Sistema Carcerário do Estado de Mato Grosso do Sul, mantendo a periodicidade de acompanhamento das ações enquanto persistir a pandemia;
- Articulação das instituições e atores dos poderes judiciário e executivo locais para ações de monitoramento e controle da pandemia nas instituições de privação de liberdade;
- Mobilização dos órgãos gestores da administração penitenciária e socioeducativa para qualificação das ações e procedimentos para controle da pandemia;
- Monitoramento dos casos e óbitos por Covid-19 nos sistemas penal e socioeducativo;
- Acompanhamento e incidências sobre as ações e recursos para combate à pandemia;
- Elaboração e revisão de planos de contingência e normativas locais de acordo com a evolução da pandemia;

Audiências de Custódia

- Aprimoramento das Audiências de custódia nas comarcas do interior;
- Atuar no fortalecimento, qualificação e parametrização dos serviços psicossociais realizados nas audiências de custódia, devido ao atual quadro insuficiente de profissionais;
- Fomentar os processos formativos diante da matéria;
- Fomentar o aprimoramento dos espaços da Coordenadoria de Custódia;

- Implementação do SISTAC em todas as Comarcas do Estado;
- Expansão da equipe de servidores de audiência de custódia;
- Implementação de equipe psicossocial nas audiências de custódia da 3 Vara de Violência Doméstica e familiar contra a mulher, junto a Casa da Mulher Brasileira;
- Auxiliar na Proposta de curso de formação continuada para Magistrados e servidores nas temáticas de Prevenção e Combate a Tortura e Maus-tratos; Proteção Social; e Parametrização Jurídica, com base em normativas nacionais, internacionais e nos Manuais da Coleção Justiça Presente, Série Fortalecimento de Audiência de Custódia do CNJ;
- Dar continuidade ao convênio com a SEJUSP para a alocação de médicos legistas junto ao Fórum para realização de exames de corpo de delito;
- Periodicidade: viabilizar as audiências de custódia aos finais de semana e feriados;
- Implementação de audiência de custódia em todas as modalidades de prisão, conforme decisão STF Ag.Reg. na Reclamação 29.303-RJ;
- Suporte para expansão dos fluxos operacionais com a Rede de Proteção Social.

Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional (Escritórios Sociais)

- Dar continuidade as ações de implantação do Escritório Social, na Comarca de Campo Grande, junto ao Patronato Penitenciário desta Capital.
- Adequar trabalhos relacionados a implementação da Resolução CNJ 307/2020.
- Fomento a implementação da Metodologia de Mobilização de Pré-egressos;
- Fomento a implementação da Metodologia de Singularização e Gestão nos novos Escritórios Sociais;
- Monitoramento, avaliação e produção de dados com recorte de raça e gênero dos Escritórios Sociais;
- Articulação das políticas sociais municipais para atuação multidisciplinar junto aos Escritório Sociais;
- Pactuação e elaboração de planos de atuação da RAESP;
- Arranjos locais para atualização do app Escritório Social Virtual;
- Articulação das ações do Plano Nacional de Fomento à Leitura aos planos estaduais de educação, cultura, trabalho e outras ações de garantia de direitos, incluindo articulação de projetos de acessibilidade, bibliotecas volantes, programas de audiobooks e livros digital, entre outros.
- Acompanhamento do Plano Estadual de Educação em Prisões.



Inauguração do Escritório Social, na sede do Patronato Penitenciário de Campo Grande, no dia 20/11/2020.

Conselhos da Comunidade

- Atuação no fortalecimento dos Conselhos da Comunidade junto as comarcas.

Mutirão Carcerário

- Fomento e articulação na realização de mutirão carcerário no Estado.

Cadastro Nacional de Inspeções em Estabelecimentos Penais (CNIEP)

- Orientação técnica para Inspeção pelo Poder Judiciário dos espaços de privação de liberdade no contexto da pandemia.

Banco Nacional de Digitais - Biometria e Documentação Civil para as Pessoas Presas

- Implantação do projeto de Biometria no Estado de Mato Grosso do Sul;
- Atualmente aguardamos a entrega dos equipamentos (kits).

Resolução 287, de 25/06/2019 - Pessoas Indígenas

- Promoção e adequação do Provimento nº 141, de 19 de agosto de 2016, da Corregedoria-Geral de Justiça, com a finalidade de atualizar os cadastros de intérpretes e antropólogos;
- Aplicação de plano de ação, com o apoio do Programa Fazendo Justiça, a fim de implementar mecanismos necessários de aplicação da Resolução 287/2019;



Reunião realizada no dia 17/01/2020, em que o Supervisor da COVEP/GMF, Des. Luiz Gonzaga Mendes Marques, reuniu-se com os juízes Mário José Esbalqueiro Júnior, da 1ª Vara de Execução Penal de Campo Grande, Luiz Felipe Medeiros Vieira, da Vara de Execução Penal do Interior e Eguiliell Ricardo da Silva, da 3ª Vara Criminal de Dourados, para definir ações para cumprimento da Resolução CNJ 287/

Procedimento para execução, avaliação e acompanhamento das medidas terapêutico-cautelares, provisórias ou definitivas, aplicáveis judicialmente à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei

- Promoção e adequação da norma vigente em conformidade com os serviços prestados pela equipe de avaliação e acompanhamento das medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei (EAP).

Fomentar a Formação de Magistrados e Servidores na Área Criminal e de Execução Penal

- Fomento e articulação para formação de magistrados e servidores que atuam na área criminal e de execução penal.

Centrais Integradas de Alternativas Penais (Resolução CNJ nº 288 de 25/06/2019)

- Articulação com a Administração do TJ/MS a implantação da Central Integrada de Alternativas Penais, a qual ficará vinculada ao Poder Executivo Estadual (Convenio com Governo Federal) e buscará adequar as suas estruturas para que se garanta a efetividade das metodologias para cada uma das modalidades de alternativas penais.
- Condução do Grupo Gestor de Alternativas Penais;
- Disseminação dos produtos de conhecimento da Política Nacional de Alternativas Penais para qualificação dos serviços locais;



COMPOSIÇÃO BIÊNIO

Supervisor: Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques

Coordenador: Dr. Olivar Augusto Roberti Coneglian, Juiz de Direito

Juízes Membros:

Dr. Fernando Chemin Cury, Juiz de Direito Auxiliar da Presidência;
Dr. César Castilho Marques, Juiz de Direito Auxiliar da Corregedoria;
Dr. Albino Coimbra Netto, Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Penal de Campo Grande;
Dr. Olivar Augusto Roberti Coneglian, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal de Competência Residual.

Servidores:

Eduardo Silva Mattos, Assessor Técnico Especializado;
Franciele Sgarbossa, Coordenadora de Apoio à COVEP/GMS/MS;
Tatiana Sayuri Ishibashi, Analista Judiciário
Virgílio Napoleão Sabino, Gestor Penitenciário.

Programa Justiça Presente/ Fazendo Justiça CNJ/ONU:

Juliana Marques Resende, Coordenadora Estadual;
Gabriela Machado Guimarães, Consultora Estadual em Audiências de Custódia



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO DO SUL